

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

A atualidade da questão agrária e das lutas sociais do campo no Vale do Mucuri – Minas Gerais

Michelly Ferreira Monteiro Elias*

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os principais aspectos acerca da questão agrária e dos movimentos sociais populares do Vale do Mucuri. Parte-se do pressuposto que a questão agrária é determinada pela forma como se estabelece o uso e a propriedade da terra e que na formação sócio-histórica brasileira esta tem se expressado na estrutura fundiária concentrada, na existência de conflitos agrários e na superexploração da força de trabalho. Diante desta realidade, identifica-se que a eminência de movimentos sociais populares que lutam pelo acesso aos direitos sociais e principalmente pela reforma agrária, é um aspecto central da história e da atual realidade brasileira. Considerando estes elementos e as particularidades da região do Vale do Mucuri, aponta-se como considerações finais as principais características da questão agrária no Vale do Mucuri na atualidade e os desafios dos movimentos sociais populares que atuam neste âmbito.

Palavras-chave: Questão agrária; Movimentos sociais; Direitos sociais.

1 – Introdução

Este artigo parte do pressuposto que a questão agrária se constitui em um dos principais eixos do processo de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, considerando os principais aspectos da formação social e histórica do Brasil e tendo como

* Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, graduada em Serviço Social e mestre em Políticas Públicas, michelly.ferreira@ufvjm.edu.br.

referência o papel que o Brasil vem desempenhando na divisão internacional do trabalho desde o período da colonização.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é identificar algumas das principais características da questão agrária e dos movimentos sociais na região do Vale do Mucuri – Minas Gerais, tendo como referência a formação da questão agrária brasileira. Assim, visamos identificar algumas particularidades desta região, ao mesmo tempo em que a situamos na totalidade que compreende o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, onde o acirramento da questão agrária é um fato histórico e atual, assim como, a existência de movimentos sociais no campo de caráter popular.

Esta breve reflexão aqui apresentada se deve à realização do trabalho que venho coordenando no Núcleo de Extensão e Pesquisa Agrário e Movimentos Sociais – NEPAM/UFVJM, desde outubro de 2010, o qual tem como objetivo principal desenvolver atividades de pesquisa e extensão que abarquem as temáticas e as questões relacionadas à questão agrária e aos movimentos sociais no contexto do capitalismo contemporâneo brasileiro. Atualmente o Núcleo desenvolve ações de pesquisa, extensão, estágio em Serviço Social e a realização de diversas atividades acadêmicas, estudos e debates em torno das temáticas citadas.

Nesse sentido vale destacar a realização da pesquisa sobre a configuração dos movimentos sociais populares que atuam no âmbito da questão agrária no Vale do Mucuri e o projeto de extensão via PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão), que desenvolve atividades de formação com esses movimentos sociais através da realização e apoio a cursos, seminários, mobilizações, intercâmbios e estágios.

A realização deste trabalho em andamento tem proporcionado ao NEPAM/UFVJM pesquisar sobre a historicidade das lutas sociais da classe trabalhadora, tendo como referência a teoria da luta de classes; estudar o momento atual acerca dos movimentos sociais populares e refletir sobre o atual processo das lutas sociais.

A partir disso, as reflexões apresentadas neste artigo se coloca em certa medida, como uma sistematização do conjunto das atividades realizadas pelo NEPAM/UFVJM. É importante frisar que o referencial materialista-dialético é o método orientador de nossos estudos e análises, sendo que a teoria da luta de classes tem se contituído no eixo que temos privilegiado.

No decorrer desse processo, identificamos que o desafio que se coloca é nos apropriarmos da teoria da luta de classes no pensamento marxista e marxiano realizando as

necessárias mediações a partir das particularidades da realidade brasileira e latino-americana, principalmente no que diz respeito às lutas sociais.

Considerando esses elementos, este artigo situa inicialmente as categorias questão agrária e movimentos sociais populares, apontando seus respectivos aspectos teóricos e históricos. Posteriormente aborda a configuração da questão agrária no Vale do Mucuri, como expressão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, e neste contexto, alguns dos principais desafios dos movimentos populares que atuam na região.

Vale destacar que as constatações e reflexões aqui apresentadas demonstram a fase do processo de construção de conhecimento que nos encontramos, e por isso, não se apresentam enquanto apontamentos acabados, uma vez que entendemos que a análise teórica e o desvelamento da realidade é um contínuo e inacabado exercício de superação da aparência e de aproximação cada vez mais rigorosa acerca dos fenômenos estudados.

2 - Concepção teórica e aspectos históricos acerca da questão agrária e dos movimentos sociais populares.

De forma geral, é possível afirmar a partir dos estudiosos do pensamento social crítico, que a questão agrária é determinada pelas relações de produção e forças produtivas constituídas no campo, que por sua vez são definidas pela forma como ocorre o uso e a propriedade da terra, principal meio de produção dos processos de trabalho estabelecidos na agricultura.

Historicamente, desde a instituição da propriedade privada dos meios de produção se estabeleceu relações de produção baseadas na exploração da força de trabalho do homem pelo homem, incluídas em um processo dialético de desenvolvimento das forças produtivas. A partir disso, a civilização humana avançou no decorrer de sua história, no sentido da organização dos processos de trabalho, que se tornaram cada vez mais complexos e que teve sua maior expressão histórica com a consolidação do modo de produção capitalista a partir da segunda metade do século XIX na Europa.

Há uma tendência de fundo para a constituição de relações sociais sempre mais genéricas, que abarcam uma porção cada vez maior da humanidade, ela evoluiu dos pequenos bandos para sociedades cada vez maiores, que articulam um número crescente de indivíduos. Com o desenvolvimento do capitalismo essas sociedades foram por fim articuladas por meio do desenvolvimento do mercado mundial, de tal modo que, nos dias de hoje, a humanidade está efetivamente integrada em uma vida social comum. (LESSA; TONET, 2008, p. 73)

Nesse sentido, o capitalismo se mundializou enquanto modo de produção e reprodução das relações sociais, adquirindo características comuns que formaram seus respectivos períodos históricos, ao mesmo tempo em que foi adquirindo características particulares conforme a formação social, política, cultural e econômica dos países em que foi se tornando hegemônico.

Conforme os estudiosos da tradição marxista sintetizam, o pensamento crítico da economia política desenvolveu a partir de Friedrich Engels e Karl Marx uma análise profunda sobre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista, e por consequência, das relações existentes entre os homens na produção, que levou à identificação das determinações econômicas e sociais da relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista, caracterizada por uma relação de exploração, em que o trabalho está subsumido ao capital.

Vale destacar a partir do que coloca Braz; Netto (2006) que esta relação de exploração ocorre a partir da contradição permanente entre a organização do processo de produção que ocorre de forma cada vez mais socializada, envolvendo massas enormes de trabalhadores cada vez mais explorados, e por outro lado, a existência de relações de produção, que permite a apropriação privada desta riqueza produzida.

A partir desta análise rigorosa acerca das relações de produção capitalistas, Engels e Marx constituíram o campo de pensamento materialista-dialético, o qual se conformou em uma tradição que abarca um fecundo e amplo processo de construção do conhecimento nas Ciências Sociais, que inclui além do método materialista dialético, diversas temáticas e categorias.

Neste âmbito, a temática da questão agrária foi primeiramente abordada no campo da tradição marxista por Karl Kautsk na obra "A questão agrária", escrita em 1898. Segundo estudiosos da questão agrária, a importância desta obra se deu pelo fato de ter sido a primeira elaboração teórica a partir do referencial crítico, sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim, Kautsky (1980) analisa as transformações na agricultura ocorridas na Alemanha entre os períodos dos séculos XV e XIX, abordando as formas de exploração capitalista no campo, a situação e a caracterização da classe camponesa daquele contexto, inaugurando o debate teórico sobre a questão agrária a partir da perspectiva crítica.

No Brasil, o debate sobre a questão agrária avançou a partir de 1960, tendo os intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como precursores das principais análises sobre o tema.

Considerando a análise sobre a questão agrária que teve a influência deste campo teórico, identificamos que historicamente a questão agrária brasileira tem se expressado pela situação de desigualdade social, pobreza, violência e analfabetismo vivenciada por trabalhadores que sofrem diretamente as conseqüências do tipo de capitalismo dependente desenvolvido no país. Realidade esta que vem ocasionando um agravamento da questão agrária no Brasil.

Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz.[...] A força com que a questão agrária brasileira ressurgiu hoje não advém apenas da maior liberdade com que podemos discuti-la. Mas também do fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como têm se expandido as relações de produção no campo. (SILVA, 1983, p. 11)

A partir deste contexto, é importante destacar a importância da reforma agrária diante desta realidade, que até os dias atuais não foi concretizada no país, no sentido de alterar a divisão de terras e da riqueza gerada no campo. Assim, não é por acaso que atualmente, o Brasil é um dos países com maior índice de concentração fundiária do mundo e que apresenta constantes conflitos fundiários¹, demonstrando que a reforma agrária foi relegada como ação determinante do projeto de desenvolvimento econômico do país, caracterizado por sua submissão aos interesses do capital internacional.

A inserção brasileira no capitalismo mundializado se caracterizou pela dependência desde o período colonial, do século XVI ao XVIII. Como a maioria dos países da América Latina, tinha fundamentalmente a função de realizar a extração de minério, madeira, borracha e grandes plantações de monocultura de algodão, café, cana-de-açúcar, dentre outros, para exportação no sistema *plantation*. Assim, o Brasil foi se tornando, naquele período, um dos principais fornecedores de matéria-prima para o pólo industrial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

Nesse processo de organização do sistema capitalista de produção, a divisão de terras e a disponibilização dos meios de produção em pequenas propriedades não foram

¹ De acordo com o cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2010, dos 4 milhões de imóveis rurais do país, 70 mil detêm 43% do total das terras registradas, os quais somam 200 milhões de hectares em relação a um total de 420 milhões. E segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram registrados no Brasil 325 conflitos por terra em 2009 e 222 em 2010.

necessárias para viabilizar a inserção dos trabalhadores no processo de produção. Daí que a formação de grandes extensões territoriais para o cultivo da monocultura (latifúndios) teve importante funcionalidade política e econômica para o capitalismo internacional, consolidando a lógica econômica em que o Brasil estava e continua inserido até a atualidade, tendo como principal expressão desse projeto a partir da década de 1990 o agronegócio, o qual segundo TEUBAL (2008, p. 140):

Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio do capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.

Nesse sentido é possível afirmar que distante de qualquer possibilidade de enfrentamento e resolução, atualmente a sociedade brasileira vive um processo de complexificação e acirramento da questão agrária, se aliando a outras problemáticas da realidade social e econômica do país.

[...] se alia hoje a um série de “outras” questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana, e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No fundo, todos têm a ver com o caráter parasitário que atingiu a forma específica como se desenvolveu o capitalismo neste país. (SILVA, 1993, p.105)

Diante disso, a existência de movimentos sociais populares do campo que vão emergir enquanto expressão da questão agrária brasileira se concretizou enquanto um fato da realidade brasileira, adquirindo centralidade política principalmente a partir da década de 1960. Como apontado por Comparato (2003), o Brasil teve como parte fundamental da história das lutas sociais no campo, a resistência indígena no século XVI, a luta dos quilombos nos séculos XVI e XVII, as guerras de Canudos em 1893, de Contestado em 1912, o desenvolvimento do cangaço nas primeiras décadas do século XX no nordeste brasileiro e a experiência das Ligas Camponesas na década de 1960. É importante destacar também a organização da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), que teve um importante papel no período de 1954 a 1962 na organização de sindicatos de trabalhadores rurais.

Associado a esta história, a partir do final da década de 1970, se inicia o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o qual se

constituiu em um dos mais importantes movimentos populares da história do Brasil, que desde a década de 1990 vem cumprindo um papel de politização da luta por reforma agrária e de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento hegemônico no país. Nesse sentido, a luta por reforma agrária, num contexto de acirramento da questão agrária, fez emergir um movimento social no campo que além da luta pela terra e por reforma agrária, articula suas bandeiras e reivindicações a um projeto de transformação social.

O MST é um movimento que faz luta política porque a luta pela terra, pela reforma agrária, é parte da luta pelas transformações mais amplas. Não acreditamos que a reforma agrária possa ser realizada dentro das condições da correlação de forças existentes no Brasil. Se a elite quisesse ter feito, teria tido a oportunidade, mas isso não lhes interessa. A luta pela reforma agrária adquire um conteúdo político, ideológico no momento em que você entende que ela é parte das lutas mais amplas por transformações sociais bem mais profundas no Brasil. (MAURO, 1999, p.209 -210)

Considerando esta dinâmica, a configuração da questão agrária brasileira e das lutas sociais do campo, afirmamos que movimentos sociais como o MST, são expressões do complexo processo da luta de classes constituída historicamente no país.

Assim, a concepção acerca do MST e dos demais movimentos sociais do campo, que desenvolvem importantes formas de luta contra o poder hegemônico, é de que esses movimentos são expressões do movimento dialético da sociedade, o qual conforme Lopes (1999, p. 9), se constitui na “expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico”.

Sobre a atualidade e os desafios dos movimentos sociais de caráter popular no contexto capitalista, fazemos referência ao estudo de Machado (2006), sobre o “protagonismo político dos chamados ‘novos’ movimentos sociais”, contra as políticas neoliberais na América Latina, em que o autor reflete sobre os limites e as possibilidades desses movimentos sociais no que diz respeito à luta anti-sistêmica, no contexto de hegemonia do capital financeiro.

Assim, o autor aponta que, embora os movimentos sociais hoje estabeleçam lutas que se situam não apenas no âmbito direto e específico da relação capital / trabalho, não significa que necessariamente perderam seu sentido político mais amplo, na perspectiva da transformação social. E ao mesmo tempo coloca como problemática que essas formas de luta até então têm se mostrado limitadas, “uma vez que não têm conseguido questionar, de

maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro". (MACHADO, 2006, p. 62)

Também refletindo sobre as lutas sociais contemporâneas, especialmente sobre os movimentos sociais populares, Borón (2007) aponta desafios acerca da questão organizativa, da consciência política e da necessidade de enfrentamento do espontaneísmo presente nas ações desses movimentos. E a partir da síntese de diversas indagações que permeiam a atuação desses movimentos sociais, expressa alguns dos principais desafios a serem enfrentados no contexto atual.

Como fazer com que os movimentos desenvolvam um tipo de consciência que lhes permita transcender os limites que lhes impõem o imediatismo e o espontaneísmo? Como construir uma ação coletiva e organizada dos trabalhadores que supere as lutas atomizadas e fragmentadas? Que processos desenvolver para a formação de uma consciência de passagem da classe em si à classe para si? Como assegurar que as reivindicações desenvolvidas pelos partidos, sindicatos, pela diversidade de movimentos sociais sintetizem-se em um projeto emancipatório? Como articular suas lutas na direção da construção desse projeto? (BORÓN, 2007, p. 120)

Considerando esses elementos abordados e a partir das problemáticas apontadas, é que realizaremos a seguir algumas reflexões sobre os movimentos sociais populares que atuam no âmbito da questão agrária no Vale do Mucuri – Minas Gerais, tendo como referência que esta abordagem visa trazer elementos para refletirmos sobre os limites e as possibilidades desses movimentos sociais no contexto da realidade específica desta região, e ao mesmo tempo, no contexto geral das lutas sociais que se configuram no contexto atual do capitalismo, marcado pela hegemonia do capital financeiro aliado ao agronegócio.

3 - Vale do Mucuri: desafios dos movimentos sociais populares no âmbito da questão agrária.

O conhecimento sobre a formação do Vale do Mucuri ainda permanece como um desafio para os estudiosos, uma vez que as características específicas de formação desta região se aliam de forma complexa ao processo geral de exploração do território nacional e do estado de Minas Gerais.

Partindo da necessidade de focar nos aspectos atuais da questão agrária e dos movimentos sociais na região, não será possível aprofundar neste momento os elementos históricos do Vale do Mucuri. Mas é importante destacar, conforme aponta Achtschin

(2009), que o processo histórico de ocupação das terras, dos conflitos indígenas, da escravidão negra durante o século XIX e da presença de diversas comunidades quilombolas, são características fundamentais desta formação.

Conforme o estudo de Batella; Filho (2009), o Vale do Mucuri não se consolidou como uma região de significativa produção industrial, mantendo como atividades econômicas, além desta, a presença significativa da agropecuária e do setor de serviços. Os autores citam dados do IPEA (2008) sobre o do total do Produto Interno Bruto – PIB em 2006 de Teófilo Otoni, principal cidade da região. E apontam que do total do PIB do município 5,33 % era do setor agropecuário, 15,55% do setor industrial e 79,13% do setor de serviços.

Associado a isso, segundo dados do Sistema de Informações Territoriais (2010/2011), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a população total do território do Vale do Mucuri é de 428.480 habitantes, dos quais 149.141 vivem na área rural, o que corresponde a 34,81% do total. Dentre este, 16.993 são considerados agricultores familiares e há uma constatação de 203 famílias assentadas. Ainda conforme esta fonte, 33% da população na região é analfabeta e 751 estabelecimentos agropecuários (4,5% do total) ocupam 43,2% da área total (79.830 hectares), enquanto existem 4.284 estabelecimentos com área máxima de 10 hectares (média de 5,4 hectares) que ocupam 23.295 ha (1,27% da área total). Dados que demonstram a significativa concentração fundiária na região.

Estes dados ilustram a centralidade que a questão agrária possui na formação da região, com a presença da concentração fundiária e suas diversas consequências, sendo que segundo os estudiosos, desde o início do século XX já era presente no Vale do Mucuri grandes extensões da monocultura do café e da pecuária em detrimento da produção camponesa e familiar.

Com as pesquisas realizadas pelo NEPAM/UFVJM, foi possível constatar que atualmente a região também se insere na lógica geral do agronegócio, o qual busca a produção de monoculturas valorizadas no mercado internacional, (sendo na atualidade principalmente o eucalipto) associada à superexploração da força de trabalho e ao incentivo por parte do Estado a partir da concessão de crédito, financiamento e infraestrutura para este tipo de produção.

Nesse sentido, a agricultura camponesa e familiar encontra-se em uma situação de constantes dificuldades para sua existência. Exemplo disso é que os dados do Diagnóstico

sobre a agricultura familiar² realizado por GEPAF e ARMICOOPA (2010), demonstram que a principal fonte de renda das famílias desses agricultores provém de pensão ou aposentadoria e não da produção agrícola. E mesmo assim, cerca de 53,7% das famílias ainda conseguem produzir para o auto-consumo e para a comercialização, sendo os principais produtos comercializados: café, cereais (arroz, feijão, milho), frutas e hortaliças, leite e derivados. E outro dado importante deste diagnóstico é que 52,8% destas famílias nunca foram atendidas por nenhum tipo de programa de crédito agrícola por parte do Estado.

Esta realidade está associada a um conjunto de expressões da questão social que estão presentes nas áreas urbanas e rurais da região do Vale do Mucuri, as quais dentre elas vale destacar a dificuldade de acesso da maioria da população aos direitos sociais mínimos, como educação, saúde, habitação, emprego digno, transporte de qualidade e lazer.

A existência dos movimentos sociais populares na região, que lutam por acesso a condições dignas de vida e trabalho, e por justiça social, enfrentam além desses problemas que são enfrentados pela maioria da população, as dificuldades de mobilização e organização política.

A partir disso, constatamos também que atualmente existem poucos movimentos sociais populares na região, os quais podemos citar: o movimento indígena, o movimento quilombola e o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sendo importante destacar que dentre esses, cada um possui características específicas quanto à sua forma de organização e lutas; na forma como estabelecem as parcerias com as demais organizações, entidades e com o Estado; e na forma como estabelecem a relação entre a luta por direitos específicos com a luta por transformações sociais.

De forma geral, esses movimentos têm cumprido um papel importante no sentido de exercer seus direitos e politizar o processo de acesso aos direitos sociais. Mas considerando a formação da questão agrária na região, as dificuldades de organização política enfrentadas na sociedade atual e as difíceis condições de vida e trabalho, identificamos que os desafios a serem enfrentados tem se complexificado, principalmente devido ao avanço do agronegócio, à precarização da política de reforma agrária e das

² Este trabalho se denominou "Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Mucuri (PTDS)", realizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar da UFVJM – GEPAF/UFVJM – Campus do Mucuri e pela Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores – ARMICOOPA, em 2010.

demais políticas sociais como saúde, educação e emprego; e à herança ideológica do neoliberalismo de apatia política que tem limitado avanços para a classe trabalhadora.

Outra questão identificada é que os próprios movimentos sociais reconhecem que a diversidade entre eles têm muitas dimensões positivas, mas ao mesmo tempo colocam a necessidade de avançar no sentido de construir ações conjuntas que os levem a avançar na organização de suas lutas, na conquista de suas reivindicações e no avanço do nível de consciência política de suas bases sociais.

Assim, apontam de forma geral que a articulação de diversas ações como o desenvolvimento do trabalho cooperado; a apropriação da agroecologia como referência para a produção agrícola; a democratização dos meios de comunicação; a mudança no modelo energético e a organização de lutas e processos de formação que elevem o nível de consciência dos trabalhadores se colocam como estratégia que deve ser desenvolvida para o enfrentamento da questão agrária, da exploração do trabalho e para avanços na articulação de suas lutas.

4 – Considerações finais

Considerando a concepção de questão agrária e movimentos sociais que partimos e tendo como referência as atividades de estudo, pesquisa e extensão desenvolvidas, é possível identificar que a realidade do Vale do Mucuri tem demonstrado uma intensificação da questão agrária na atualidade e um conjunto de problemáticas a serem enfrentadas pelos movimentos sociais.

É importante destacar que a realidade nos confirma o entendimento de que a questão agrária é um eixo central de constituição da formação social brasileira e da questão social, que se manifesta no âmbito da realidade agrária principalmente através da concentração fundiária, da superexploração da força de trabalho, da presença do analfabetismo de forma latente, do pouco acesso à educação para maioria da população do campo e da existência de conflitos agrários.

Dentre os principais limites identificados até o momento, podemos destacar a dificuldade de mobilização e articulação entre os próprios movimentos sociais; a ofensiva do capital e do agronegócio através da repressão e da judicialização das lutas sociais; a ação por parte do Estado nas suas diversas esferas, visando a cooptação de lideranças

desses movimentos; a dificuldade de articulação entre a luta imediata com um processo mais amplo de luta política.

Ao mesmo tempo, a atuação desses movimentos sociais tem demonstrado concretamente a necessidade da luta e da organização, para que as diversas frações da classe trabalhadora tenham acesso aos seus direitos. Além disso, têm demonstrado capacidade de politizar parte desses trabalhadores e minimamente têm conseguido amenizar um processo mais agudo de destituição dos direitos e de piora ainda maior das condições de vida no campo. Exemplo disso são algumas conquistas obtidas no âmbito da educação do campo; de alguns incentivos iniciais às práticas agroecológicas por parte do poder público; certa sensibilização da sociedade quanto à questão indígena; ampliação do debate sobre os direitos das comunidades remanescentes de quilombos; início do debate sobre a igualdade nas relações de gênero, considerando a realidade do campo; continuidade da luta por reforma agrária e a tentativa de desenvolvimento de algumas ações conjuntas entre os diferentes movimentos sociais, visando avançar na construção de um projeto coletivo. Sendo este último, apontado pelos próprios movimentos sociais populares hoje, como uma de suas maiores necessidades e um de seus maiores desafios.

Referências bibliográficas

- ACHTSCHIN, Márcio. (Org). *As gerais distantes de Minas: fragmentos da história do Vale do Mucuri*. Teófilo Otoni, 2009.
- ARMICOOPA; GEPAF. *Atualização e Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Mucuri (PTDS)*. Teófilo Otoni. UFVJM, 2010
- BATELLA, Wagner; FILHO, Osvaldo. *Relatório preliminar sobre Teófilo Otoni*. Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias. Belo Horizonte, 2009.
- BORÓN, Atílio. O que aconteceu com nossas democracias? *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília, Andes, 2007.
- BRAZ, Marcelo.; NETTO, José Paulo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica Serviço Social).
- COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica Serviço Social).

- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O manifesto do Partido Comunista*. 11^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, João Pedro et al. *A questão agrária na década de 90*. 4^a. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3^a. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 1^a.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LÉNINE, Vladimir Ilitch. *As três fontes*. 1^a. ed. Cadernos de Expressão Popular. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- LOPES, Josefa Batista. A relação serviço social – movimento social: indicações para um estudo. In: *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luis: EDUFMA, v. 1, n. 1, p. 7-20, 1999.
- MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. In: *Revista Lutas & Resistências*, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina: Midiograf, n. 1, p.54-64, 2006.
- MARX, Karl. *Prefácio da Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Obras Escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- MAURO, Gilmar. Balanço provisório do MST. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luís Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. 2^a. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária*. 7^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos)
- TEUBAL, Mariana. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.